

# COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Concurso Público para Provimento de Cargos de

## ANALISTA – NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

P R O V A

Conhecimentos Específicos  
Complementares

Conhecimentos Gerais

### I N S T R U Ç Õ E S

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 70 questões de múltipla escolha, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

#### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

#### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS COMPLEMENTARES

### ESTRUTURA DE MERCADO

1. Considerando que o sistema financeiro pode ser dividido em instituições monetárias e não-monetárias, aponte a alternativa em que conste uma instituição não-monetária.

- (A) Caixa Econômica Federal.
- (B) Bancos Cooperativos.
- (C) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
- (D) Banco do Brasil.
- (E) Cooperativas de Crédito.

2. É um dos membros do Conselho Monetário Nacional:

- (A) Presidente da Comissão de Valores Mobiliários.
- (B) Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- (C) Diretor de Política Monetária do Banco Central.
- (D) Secretário da Receita Federal.
- (E) Presidente da República.

3. Ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional cabe

- (A) julgar em segunda instância as decisões do Conselho Monetário Nacional.
- (B) decidir em primeira instância sobre a abertura de bancos no exterior.
- (C) revisar todas as autorizações concedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.
- (D) julgar em segunda e última instância sobre as penalidades aplicadas pelos Bancos Comerciais.
- (E) julgar, em segunda e última instância, os recursos interpostos das decisões relativas à aplicação de penalidades administrativas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

4. Sobre o mercado de capitais, é correto afirmar que

- (A) ele assume papel de relevo, por se especializar no oferecimento de recursos de curto prazo para as empresas.
- (B) os mercados secundários são assim chamados por exercerem um papel ínfimo no funcionamento do mercado de capitais como um todo.
- (C) o mercado acionário é seu único componente.
- (D) financiamentos de longo prazo são exemplos de operações típicas desse mercado.
- (E) os depósitos à vista são fundamentais para esse mercado, uma vez que eles são a principal forma de captação nas sociedades de arrendamento mercantil, para a emissão de debêntures.

5. Analise as proposições a seguir, relativas à regulação do mercado de valores mobiliários:

- I. Indução de comportamento, auto-regulação e auto-disciplina são formas de atuação da Comissão de Valores Mobiliários, com vistas a atingir seus objetivos.
- II. O acompanhamento da veiculação de informações relativas ao mercado pode ser utilizado para fins da atividade de fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários.
- III. A apuração de fatos específicos sobre o desempenho das empresas e dos negócios com valores mobiliários se dá por meio de inspeções realizadas pelo Conselho Nacional.

Destas proposições, pode-se afirmar que apenas

- (A) II e III são corretas.
- (B) I e II são corretas.
- (C) I é correta.
- (D) II é correta.
- (E) III é correta.

6. Com relação à organização da Comissão de Valores Mobiliários, pode-se afirmar que

- (A) é administrada por um Presidente e quatro Diretores, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovados pelo Senado Federal.
- (B) conta com um colegiado composto pelos superintendentes e coordenado pelo Superintendente Geral.
- (C) o Superintendente Geral acompanha e coordena as atividades desenvolvidas pelos membros do Colegiado.
- (D) cabe à Superintendência Geral definir todas as políticas e estabelecer as práticas a serem implantadas e desenvolvidas.
- (E) conta com a Superintendência de Fiscalização Bancária, que dá suporte direto ao Colegiado.

7. A Comissão de Valores Mobiliários tem poderes para disciplinar, normatizar e fiscalizar a atuação dos diversos integrantes do mercado. No âmbito de suas atribuições, pode-se dizer que

- (A) à Comissão de Valores Mobiliários é vedada a atuação como *amicus curiae*, ou seja, ela não pode assessorar o Poder Judiciário na decisão de processos envolvendo o mercado de valores mobiliários.
- (B) embora não tenha a atribuição de atentar para a regularidade e confiabilidade das informações divulgadas pelas companhias, a Comissão de Valores Mobiliários sempre exerce julgamento de valor em relação às mesmas.
- (C) a Superintendência Geral tem poderes para julgar e punir os faltosos no mercado de valores mobiliários, sendo que as penalidades vão desde a simples advertência até a inabilitação para o exercício de atividades no mercado.
- (D) diante de suspeitas, a Comissão de Valores Mobiliários pode iniciar um inquérito administrativo, por meio do qual recolhe informações, toma depoimentos e reúne provas com vistas a identificar claramente o responsável por práticas ilegais, oferecendo-lhe, a partir da acusação, amplo direito de defesa.
- (E) tendo em vista suas atividades de supervisão preventiva, a Comissão de Valores Mobiliários não tem poderes para suspensão ou cancelamento de registros, credenciamentos ou autorização.

<p>8. NÃO representa uma atividade típica das sociedades distribuidoras de valores mobiliários a</p> <p>(A) operação em recintos de bolsas de valores e mercadorias.</p> <p>(B) intermediação na colocação de emissões de capital no mercado.</p> <p>(C) operação no mercado aberto.</p> <p>(D) subscrição em consórcio de emissões de títulos e valores mobiliários para revenda.</p> <p>(E) subscrição isolada de emissões de títulos e valores mobiliários para revenda.</p>	<p>12. Com relação aos valores mobiliários, excluem-se do regime da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976,</p> <p>(A) os títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal.</p> <p>(B) as notas comerciais.</p> <p>(C) as cédulas de debêntures.</p> <p>(D) os contratos derivativos.</p> <p>(E) as debêntures emitidas por instituições financeiras.</p>
<p>9. No contexto do mercado acionário brasileiro, encontra-se a Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC, sobre a qual pode-se dizer que</p> <p>(A) processa a liquidação das operações com derivativos realizadas no âmbito da Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - Cetip.</p> <p>(B) sua estrutura atualmente se volta exclusivamente para as operações realizadas com certificados de investimento e de debêntures.</p> <p>(C) hoje é a responsável pela liquidação de operações de todo o mercado brasileiro de ações.</p> <p>(D) não presta serviços quanto à compensação e à liquidação de operações realizadas no mercado a prazo da Bovespa.</p> <p>(E) é totalmente responsável pela autenticidade da documentação relativa às operações ali liquidadas.</p>	<p>13. Quanto à caracterização dos valores mobiliários, pode-se dizer que as debêntures correspondem a títulos de</p> <p>(A) propriedade sobre as sociedades anônimas, que rendem juros corrigidos por específicos índices de preços.</p> <p>(B) dívida de médio e longo prazos, emitidos por sociedades anônimas, sem que seja prevista a devolução compulsória de principal de rendimentos.</p> <p>(C) dívida de médio e longo prazos, emitidos por sociedades anônimas, que deverão ser pagos com juros e atualização monetária.</p> <p>(D) propriedade sobre as sociedades anônimas, que rendem participações nos lucros corrigidos por específicos índices de preços.</p> <p>(E) propriedade sobre as sociedades anônimas, com prazo mínimo de 360 dias para sociedades anônimas de capital aberto, remunerados a taxas prefixadas.</p>
<p>10. Sobre os agentes que atuam no mercado de valores mobiliários pode-se afirmar que</p> <p>(A) os bancos múltiplos são agentes do mercado de valores mobiliários, uma vez que incorporam todas as funções das corretoras de valores mobiliários.</p> <p>(B) conforme determinação legal, as Bolsas de Valores têm autonomia administrativa, financeira e patrimonial.</p> <p>(C) o agente autônomo de investimento só pode manter contrato para distribuição e mediação com uma única instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários.</p> <p>(D) conforme determinado em lei, as entidades do mercado de balcão organizado não podem fiscalizar os respectivos membros e as operações com valores mobiliários nelas realizadas.</p> <p>(E) as operações realizadas pela Bolsa de Mercadorias &amp; Futuros estão fora do alcance da Comissão de Valores Mobiliários, uma vez que os derivativos não são considerados, por força de lei, valores mobiliários.</p>	<p>14. Analise as afirmações a seguir, relativas às responsabilidades da Comissão de Valores Mobiliários, por registros e autorizações:</p> <p>I. Nenhuma emissão pública de valores mobiliários será distribuída no mercado sem prévio registro na Comissão de Valores Mobiliários.</p> <p>II. Cabe à Comissão de Valores Mobiliários autorizar os agentes autônomos de investimento.</p> <p>III. Somente as empresas de auditoria contábil ou auditores contábeis independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários podem auditar, para os efeitos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, as demonstrações financeiras de companhias abertas e das instituições, sociedades ou empresas que integram o sistema de distribuição e intermediação de valores mobiliários.</p> <p>Destas afirmações, pode-se considerar que</p> <p>(A) apenas I é correta.</p> <p>(B) apenas I e II são corretas.</p> <p>(C) apenas I e III são corretas.</p> <p>(D) apenas II e III são corretas.</p> <p>(E) I, II e III são corretas.</p>
<p>11. São legalmente consideradas companhias abertas aquelas</p> <p>(A) constituídas sob a forma de sociedade por ações.</p> <p>(B) que permitem somente ações preferenciais.</p> <p>(C) autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários a realizar qualquer distribuição de valores mobiliários.</p> <p>(D) cujos valores mobiliários de sua emissão estejam admitidos à negociação no mercado de valores mobiliários.</p> <p>(E) registradas junto às autoridades monetárias para fins de captação.</p>	

<p>15. Com respeito ao sistema de distribuição de valores mobiliários, é correto dizer que</p> <p>(A) compete exclusivamente ao Conselho Monetário Nacional definir os tipos de instituição financeira que poderão exercer atividades no mercado de valores mobiliários, bem como as espécies de operação que poderão realizar e de serviços que poderão prestar nesse mercado.</p> <p>(B) depende de prévia autorização da Comissão de Valores Mobiliários o exercício da mediação ou corretagem de operações com valores mobiliários.</p> <p>(C) quando uma instituição financeira explora simultaneamente operações ou serviços no mercado de valores mobiliários e nos mercados sujeitos à fiscalização do Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários pode exercer papel fiscalizador em ambas as áreas, dada a competência estabelecida.</p> <p>(D) só os agentes autônomos com registro na Comissão de Valores Mobiliários podem exercer a atividade de mediação ou corretagem de valores mobiliários fora da bolsa.</p> <p>(E) independe de prévia autorização da Comissão de Valores Mobiliários o exercício da compra de valores mobiliários para revendê-los por conta própria.</p>	<p>18. Com relação aos investidores não residentes, definidos pela Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, do Conselho Nacional, pode-se dizer que</p> <p>(A) é livremente permitida a utilização dos recursos ingressados no país em operações no mercado de valores mobiliários decorrentes de aquisição ou alienação fora de pregão das bolsas de valores, de sistemas eletrônicos, ou de mercado de balcão organizado, de valores mobiliários de companhias abertas registradas para negociação nestes mercados.</p> <p>(B) os ativos financeiros e os valores mobiliários negociados devem ser registrados e custodiados no Banco Central do Brasil ou na Comissão de Valores Mobiliários.</p> <p>(C) os recursos devem ser aplicados nos instrumentos e nas modalidades operacionais dos mercados financeiro e de capitais disponíveis ao investidor residente.</p> <p>(D) as movimentações com o exterior, decorrentes das aplicações, não necessitam de contratação de câmbio, desde que registradas na Comissão de Valores Mobiliários.</p> <p>(E) o representante do investidor não residente necessariamente é, também, considerado como o representante exigido pela legislação tributária.</p>
<p>16. Com respeito à organização dos mercados primário e secundário de títulos, pode-se dizer que</p> <p>(A) a inexistência de bons mercados secundários incentiva a realização de operações no mercado primário, viabilizando-se, portanto, a atividade de investimento na economia.</p> <p>(B) as empresas obtêm recursos para os seus investimentos produtivos no mercado secundário.</p> <p>(C) mercado secundário é aquele em que se negocia a colocação inicial de um título.</p> <p>(D) no mercado primário não podemos analisar operações relacionadas com projetos de capitalização ou investimentos.</p> <p>(E) as bolsas de valores são um exemplo de mercado secundário.</p>	<p>19. Analise as afirmações a seguir, relativas ao Fundo de Investimento Imobiliário:</p> <p>I. É uma comunhão de recursos, captados por meio do sistema de distribuição de valores mobiliários e destinados à aplicação em empreendimentos imobiliários.</p> <p>II. É constituído sob a forma de condomínio aberto, com cotas resgatáveis.</p> <p>III. Parte de seu patrimônio pode ser alocado em títulos de renda fixa, dentro do limite regulamentar.</p> <p>IV. Permite auferir ganhos mediante locação das unidades do empreendimento adquirido pelo Fundo.</p> <p>Estão corretas APENAS as afirmativas</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) III e IV.</p> <p>(D) I, III e IV.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>
<p>17. A organização do mercado de valores mobiliários é um elemento relevante para seu bom funcionamento. Nesse ambiente de organização, encontramos as entidades do mercado de balcão organizado, que</p> <p>(A) funcionam sob o regime de auto-regulação, não sofrendo a supervisão e a fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários.</p> <p>(B) têm como exemplo a SOMA - Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A.</p> <p>(C) não dependem, para o início de suas operações, de prévia autorização da Comissão de Valores Mobiliários.</p> <p>(D) têm como exemplo o pregão da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA.</p> <p>(E) dependem de um local físico fechado determinado para a realização das operações.</p>	<p>20. Quanto aos Fundos de Investimento em Títulos e Valores Mobiliários, pode-se dizer que</p> <p>(A) devem ter no mínimo 51% de sua carteira em títulos de renda fixa.</p> <p>(B) não podem ser fechados, ou seja, sem a possibilidade de resgate de cotas.</p> <p>(C) diferentemente dos Fundos de Investimento Financeiro, sua constituição e seu funcionamento dependem de prévia autorização do Banco Central do Brasil.</p> <p>(D) são garantidos pelo Fundo Garantidor de Crédito, uma vez que sua carteira também é composta por títulos de renda fixa.</p> <p>(E) podem ter operações compromissadas em sua carteira, respeitado o limite regulamentar.</p>

<p>21. Com relação ao mercado de valores mobiliários, os chamados investidores institucionais exercem papel de destaque. A respeito deles, pode-se dizer que</p> <p>(A) têm parte de seu ativo aplicada em instrumentos do mercado financeiro.</p> <p>(B) no caso das Seguradoras, as reservas técnicas devem ser aplicadas exclusivamente em títulos de curto prazo, com vistas a atender às necessidades financeiras decorrentes da ocorrência de sinistros.</p> <p>(C) têm reservas técnicas em seu passivo, gerando formas inovadoras de captação no mercado.</p> <p>(D) assim como os bancos comerciais, têm como atividade principal a captação da poupança popular para praticar o financiamento de agentes econômicos deficitários.</p> <p>(E) não são regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional, tendo em vista que sofrem a supervisão direta da Secretaria de Previdência Complementar e da Superintendência de Seguros Privados.</p>	<p>24. O Brasil aprimorou nos últimos anos a regulação sobre os crimes financeiros. Dentre as inovações alcançadas, pode-se dizer que</p> <p>(A) o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, subordinado ao Ministério da Justiça, foi criado com a finalidade de aplicar penas decorrentes de atividade ilícita relacionada à lavagem de dinheiro.</p> <p>(B) incorre em pena de reclusão de um ano quem ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime contra o sistema financeiro nacional.</p> <p>(C) entre os membros do COAF, encontramos representantes do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários, da Superintendência de Seguros Privados, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da Secretaria da Receita Federal, de órgão de inteligência do Poder Executivo, do Departamento de Polícia Federal, do Ministério das Relações Exteriores e da Controladoria-Geral da União.</p> <p>(D) as pessoas jurídicas que tenham, em caráter permanente ou eventual, como atividade principal ou acessória, a custódia, emissão, distribuição, liquidação, negociação, intermediação ou administração de títulos ou valores mobiliários, devem manter registro de toda transação em moeda nacional ou estrangeira, títulos e valores mobiliários, títulos de crédito, metais, ou qualquer ativo passível de ser convertido em dinheiro, apenas quando o valor envolvido ficar abaixo do limite fixado pela autoridade competente.</p> <p>(E) todo o processo e julgamento dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, na forma prevista em Lei, é de competência exclusiva do Ministério da Fazenda, quando praticados contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira, ou em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas.</p>
<p>22. No contexto do movimento de intensificação do relacionamento financeiro entre os diversos mercados, no âmbito internacional, um destaque é dado ao fato de que as empresas brasileiras passaram a ocupar espaço em bolsas internacionais. Um produto que caracteriza esse movimento são os:</p> <p>(A) <i>Brasilian Depositary Receipts</i>, que são caracterizados por papéis emitidos e negociados internacionalmente nas bolsas de valores, com lastro em ações de empresas brasileiras.</p> <p>(B) <i>American Depositary Receipts</i>, que são papéis emitidos e negociados nos Estados Unidos, com lastro em ações de empresas norte-americanas, com escritórios de representação no Brasil.</p> <p>(C) <i>Global Depositary Receipts</i> que, quando do Nível III, são exclusivamente ofertados para todos os países do mercado europeu.</p> <p>(D) <i>American Depositary Receipts</i>, que são papéis emitidos e negociados nos Estados Unidos, com lastro em ações de empresas de outros países.</p> <p>(E) <i>Brazilian Depositary Receipts</i> que, quando no Nível II, permitem apenas sua negociação em mercado de balcão não organizado, sem que sejam negociados em bolsas de valores.</p>	<p>25. Aponte a alternativa INCORRETA, com relação à administração de carteiras e custódia de valores mobiliários.</p> <p>(A) No caso de custódia de valores mobiliários, ao depositário é sempre vedado alienar os valores mobiliários depositados ou reaplicar as importâncias recebidas, mesmo que exista autorização expressa do depositante.</p> <p>(B) Compete à Comissão de Valores Mobiliários estabelecer as normas a serem observadas pelos administradores na gestão de carteiras e sua remuneração.</p> <p>(C) Compete à Comissão de Valores Mobiliários autorizar a atividade de custódia de valores mobiliários.</p> <p>(D) O exercício profissional da administração de carteiras de valores mobiliários de outras pessoas está sujeita à autorização prévia da Comissão de Valores Mobiliários.</p> <p>(E) Salvo mandato expresso com prazo não superior a um ano, o administrador de carteira e o depositário de valores mobiliários não podem exercer o direito de voto que couber às ações sob sua administração ou custódia.</p>
<p>23. Com relação à negociação no mercado, pode-se dizer que</p> <p>(A) as emissões públicas de valores mobiliários podem ser distribuídas no mercado sem prévio registro na Comissão de Valores Mobiliários, quando se tratar da emissão de debêntures.</p> <p>(B) a Comissão de Valores Mobiliários não pode exigir a participação de instituições financeiras em emissão pública.</p> <p>(C) a emissão pública só pode ser colocada no mercado através de sociedades constituídas sob a forma de distribuidoras de títulos e valores mobiliários.</p> <p>(D) a simples utilização de listas ou boletins de venda ou subscrição, folhetos, prospectos ou anúncios destinados ao público não caracterizam uma emissão como pública.</p> <p>(E) a Comissão de Valores Mobiliários mandará suspender a emissão ou a distribuição de valores mobiliários quando a emissão tiver sido julgada fraudulenta ou ilegal.</p>	

## FUNCIONAMENTO DO MERCADO

<p>26. As Sociedades Corretoras operam</p> <p>(A) nos recintos das Bolsas de Valores. (B) na abertura de crédito aos investidores. (C) no crédito comercial rural e agrícola. (D) no repasse de empréstimos obtidos no exterior. (E) com repasse de órgãos financeiros do governo federal.</p>	<p>31. Os principais títulos públicos federais emitidos atualmente são LTN,</p> <p>(A) LFT e NTN. (B) LTF e ORTN. (C) LFT e BBC. (D) NTN e ORTN. (E) NTN e BBC.</p>
<p>27. O lançador de uma opção de venda tem</p> <p>(A) o direito de vender a ação pelo preço de mercado. (B) o direito de vender a ação pelo preço de exercício. (C) a obrigação de comprar a ação pelo preço de mercado. (D) a obrigação de comprar a ação pelo preço de exercício. (E) o direito de receber o prêmio no vencimento do exercício.</p>	<p>32. O objetivo principal da emissão de Títulos Públicos pelo governo é</p> <p>(A) gerenciar o déficit público. (B) financiar o Banco Central. (C) financiar o déficit público. (D) financiar o Banco do Brasil. (E) gerenciar a dívida pública.</p> <p>33. O Governo emite títulos federais por meio do</p> <p>(A) Ministério da Fazenda. (B) Banco Central. (C) Banco do Brasil. (D) Caixa Econômica Federal. (E) Tesouro Nacional.</p>
<p>28. O prêmio de uma opção é</p> <p>(A) o preço pago pelo lançador da opção na Bolsa. (B) determinado previamente pela Bolsa de Valores. (C) o preço para o lançamento da opção. (D) o valor descontado no preço de exercício da opção. (E) o valor máximo de prejuízo do lançador da opção.</p>	<p>34. Os títulos públicos podem ser</p> <p>(A) Federais, Estaduais e Regionais. (B) Federais, Estaduais e Municipais. (C) Federais, Municipais e do Tesouro. (D) Estaduais, Municipais e Regionais. (E) Federais, Estaduais e do Tesouro.</p>
<p>29. Os níveis 1 e 2 do novo mercado na Bovespa significam, respectivamente:</p> <p>(A) melhor governança corporativa; maior transparência e dispersão acionária. (B) maior transparência; maior liquidez e melhor governança corporativa. (C) maior liquidez; maior transparência e dispersão acionária. (D) melhor governança corporativa; maior transparência e maior liquidez. (E) maior transparência; maior transparência e melhor governança corporativa.</p>	<p>35. A colocação de uma debênture no mercado pode ser através de oferta</p> <p>(A) pública secundária. (B) pública registrada. (C) privada registrada. (D) pública ou privada. (E) privada secundária.</p> <p>36. A remuneração das debêntures é disciplinada pela decisão conjunta do</p> <p>(A) CETIP e SUSEP. (B) CETIP e CVM. (C) BACEN e CMN. (D) BACEN e CETIP. (E) BACEN e CVM.</p>
<p>30. Uma característica do Mercado de Balcão é</p> <p>(A) possuir um lugar físico determinado para realizar suas atividades. (B) não possuir um lugar físico determinado para realizar suas atividades. (C) poder realizar suas operações sem a participação das autoridades regulatórias. (D) poder realizar suas operações com a interferência das autoridades regulatórias. (E) não possuir instrumentos regulatórios para a formalização de suas operações.</p>	<p>37. A distribuição de debêntures com garantia firme significa que a</p> <p>(A) instituição financeira coordenadora garante a colocação das debêntures junto ao mercado. (B) empresa emissora das debêntures concede garantia firme aos investidores em geral. (C) empresa emissora das debêntures concede garantia real, caso seja solicitada pelos investidores. (D) instituição financeira coordenadora garante o risco das debêntures junto aos investidores. (E) garantia firme estabelece as garantias oferecidas aos investidores pelo emissor das debêntures.</p>

<p>38. As debêntures são títulos de crédito de</p> <p>(A) longo prazo emitidos por sociedades limitadas.</p> <p>(B) curto prazo emitidos por sociedades anônimas.</p> <p>(C) longo prazo emitidos por sociedades anônimas.</p> <p>(D) curto prazo emitidos por sociedades limitadas.</p> <p>(E) médio prazo emitidos pelas sociedades limitadas.</p>	<p>44. A função essencial das Bolsas de Valores é</p> <p>(A) difundir os títulos e valores mobiliários para negociação.</p> <p>(B) proporcionar informações às corretoras de valores.</p> <p>(C) difundir os títulos que serão operacionalizados no pregão.</p> <p>(D) proporcionar liquidez aos títulos negociados.</p> <p>(E) proporcionar informações aos investidores em ações.</p>
<p>39. As ações ON e PN significam, respectivamente,</p> <p>(A) obrigações nominais e preferenciais nominais.</p> <p>(B) ordinárias negociáveis e preferenciais negociáveis.</p> <p>(C) obrigações nominativas e preferenciais nominativas.</p> <p>(D) ordinárias nominativas e preferenciais nominativas.</p> <p>(E) ordinárias nacionais e preferenciais nacionais.</p>	<p>45. As condições necessárias para o perfeito funcionamento das bolsas de valores são fiscalização,</p> <p>(A) eficiência e organização.</p> <p>(B) controle e planejamento.</p> <p>(C) planejamento e orçamento.</p> <p>(D) orçamento e controle.</p> <p>(E) organização e controle.</p>
<p>40. Com relação à natureza dos direitos e vantagens que outorgam a seus possuidores, as ações dividem-se em</p> <p>(A) preferenciais e escriturais.</p> <p>(B) ordinárias e preferenciais.</p> <p>(C) ordinárias e escriturais.</p> <p>(D) preferenciais e nominativas.</p> <p>(E) ordinárias e de subscrição.</p>	<p>46. Cabe ao Conselho Monetário Nacional fixar as</p> <p>(A) regras das políticas partidárias e políticas cambiais.</p> <p>(B) regras do mercado financeiro e do mercado acionário.</p> <p>(C) diretrizes das taxas de juros e das taxas de crédito.</p> <p>(D) diretrizes das políticas monetárias, creditícia e cambial.</p> <p>(E) regras da Ata do Comitê de Política Monetária.</p>
<p>41. No Brasil, as ações normalmente</p> <p>(A) não possuem prazo de resgate e podem ser negociadas nas Bolsas de Valores.</p> <p>(B) possuem prazo de resgate e podem ser negociadas nas Bolsas de Valores.</p> <p>(C) possuem prazo de resgate e não podem ser negociadas nas Bolsas de Valores.</p> <p>(D) não possuem prazo de resgate e não podem ser negociadas nas Bolsas de Valores.</p> <p>(E) possuem prazo de vencimento e podem ser negociadas nas Bolsas de Valores.</p>	<p>47. O Comitê de Política Monetária- COPOM, instituído em 1996 tem como função principal determinar a taxa</p> <p>(A) básica Selic.</p> <p>(B) básica Cetip.</p> <p>(C) referencial CDI.</p> <p>(D) referencial de câmbio.</p> <p>(E) básica do CDI e Selic.</p>
<p>42. Ações são títulos emitidos pelas</p> <p>(A) sociedades limitadas.</p> <p>(B) sociedades anônimas.</p> <p>(C) sociedades anônimas e sociedades limitadas.</p> <p>(D) sociedades de economia mista.</p> <p>(E) sociedades com fins lucrativos.</p>	<p>48. O Comitê de Política Monetária é presidido pelo</p> <p>(A) Presidente do BNDES.</p> <p>(B) Ministro da Fazenda.</p> <p>(C) Ministro do Planejamento.</p> <p>(D) Presidente do Banco do Brasil.</p> <p>(E) Presidente do BACEN.</p>
<p>43. A Bolsa de Valores no Brasil é representada</p> <p>(A) pelos titulares de sociedades corretoras.</p> <p>(B) ativa e passivamente, pelo seu Conselho.</p> <p>(C) ativa e passivamente, pelo seu Presidente.</p> <p>(D) pelo superintendente escolhido pelo Conselho.</p> <p>(E) pelos representantes das companhias abertas.</p>	<p>49. Com relação ao ADR, podemos afirmar que é</p> <p>(A) um título emitido em vários países.</p> <p>(B) uma ação de direito reservado.</p> <p>(C) um recibo de depósito americano.</p> <p>(D) um recibo emitido em vários países.</p> <p>(E) uma ação emitida no exterior.</p>
	<p>50. A principal inovação do Novo Mercado, em relação à legislação, é a</p> <p>(A) proibição de emissão de ações ordinárias.</p> <p>(B) proibição de emissão de ações preferenciais.</p> <p>(C) permissão de conversão de ações ordinárias.</p> <p>(D) proibição de conversão de ações preferenciais.</p> <p>(E) permissão de emissão de debêntures conversíveis.</p>

## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

**Atenção:** As questões de números 51 a 58 referem-se à crônica que segue.

#### A compensação

*Não faz muito, li um artigo sobre as pretensões literárias de Napoleão Bonaparte. Aparentemente, Napoleão era um escritor frustrado. Tinha escrito contos e poemas na juventude, escreveu muito sobre política e estratégia militar, e sonhava em escrever um grande romance. Acreditava-se, mesmo, que Napoleão considerava a literatura sua verdadeira vocação, e que foi sua incapacidade de escrever um grande romance e conquistar uma reputação literária que o levou a escolher uma alternativa menor, conquistar o mundo.*

*Não sei se é verdade, mas fiquei pensando no que isto significa para os escritores de hoje e daqui. Em primeiro lugar, claro, leva a pensar na enorme importância que tinha a literatura nos séculos XVIII e XIX, e não apenas na França, onde, anos depois de Napoleão Bonaparte, um Victor Hugo empolgaria multidões e faria história não com batalhas e canhões, mas com a força da palavra escrita, e não só em conclamações e panfletos, mas, muitas vezes, na forma de ficção. Não sei se devemos invejar uma época em que reputações literárias e reputações guerreiras se equivaliam desta maneira, e em que até a imaginação tinha tanto poder. Mas acho que podemos invejar, pelo menos um pouco, o que a literatura tinha então e parece ter perdido: relevância. Se Napoleão pensava que podia ser tão relevante escrevendo romances quanto comandando exércitos, e se um Victor Hugo podia morrer como um dos homens mais relevantes do seu tempo sem nunca ter trocado a palavra e a imaginação por armas, então uma pergunta que nenhum escritor daquele tempo se fazia é essa que nos fazemos o tempo todo: para que serve a literatura, de que adianta a palavra impressa, onde está a nossa relevância? Gostávamos de pensar que era através dos seus escritores e intelectuais que o mundo se pensava e se entendia, e a experiência humana era racionalizada. O estado irracional do mundo neste começo de século é a medida do fracasso desta missão, ou desta ilusão.*

*Depois que a literatura deixou de ser uma opção tão vigorosa e vital para um homem de ação quanto a conquista militar ou política – ou seja, depois que virou opção para generais e políticos aposentados, mais compensação pela perda de poder do que poder, e uma ocupação para, enfim, meros escritores – ela nunca mais recuperou a sua respeitabilidade, na medida em que qualquer poder, por armas ou por palavras, é respeitável. Hoje a literatura só participa da política, do poder e da história como instrumento ou cúmplice. E não pode nem escolher que tipo de cúmplice quer ser. Todos os que escrevem no Brasil, principalmente os que têm um espaço na imprensa para fazer sua pequena literatura ou simplesmente dar seus palpites, têm esta preocupação. Ou deveriam ter. (...)*

(Luiz Fernando Veríssimo, **Banquete com os deuses**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003, pp. 113-14)

51. O autor demonstra estar convencido de que a atividade literária

- (A) preserva sua função essencial, uma vez que responde às diferentes necessidades históricas das diferentes épocas.
- (B) alcança relevância e prestígio quando exercida por homens de grande estatura política ou de grande competência militar.
- (C) deixa de ser relevante quando, na irracionalidade do nosso mundo, só se reconhece o poder das ações políticas ou militares.
- (D) constitui um tipo de compensação a que sempre recorreram os homens sem vocação para o exercício de um poder efetivo.
- (E) torna-se irrelevante a partir do momento em que o escritor opta por ser um instrumento ou cúmplice dos poderosos.

52. Considere as seguintes afirmações:

- I. No primeiro parágrafo, o autor insinua, ironicamente, que as façanhas napoleônicas tiveram origem numa compensação que Bonaparte buscou para uma frustração pessoal.
- II. No segundo parágrafo, o autor se mostra nostálgico de uma época em que o prestígio de um grande escritor era comparável ao de um estadista ou comandante militar.
- III. No terceiro parágrafo, o autor se consola com o fato de que a alta literatura é hoje exercida por grandes homens que, embora na condição de aposentados, reconhecem a ficção como expressão de um poder maior.

Em relação ao texto, está correto somente o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

53. Ao comparar os casos do imperador Napoleão Bonaparte e do escritor Victor Hugo, o autor argumenta em favor da tese de que, naquele tempo,

- (A) a relevância de um gênio das letras ainda era maior que a de um gênio político-militar.
- (B) reconheciam-se como igualmente relevantes duas distintas manifestações de poder.
- (C) o público já começava a questionar a relevância do papel de um ficcionista.
- (D) surgiram os primeiros indícios de que a missão da literatura começava a fracassar.
- (E) o poder da imaginação e das palavras consistia em questionar o poder das ações.



<p>54. Considerando-se o contexto, traduz-se um segmento do texto por outro de sentido equivalente em:</p> <p>(A) <i>que o levou a escolher uma alternativa menor</i> = que o levou a estreitar seu leque de opções.</p> <p>(B) <i>e não só em conclamações e panfletos</i> = e tão-somente em agremiações e anúncios.</p> <p>(C) <i>na forma de ficção</i> = de modo fictício.</p> <p>(D) <i>mais compensação pela perda do poder do que poder</i> = maior vantagem na perda do poder do que nele próprio.</p> <p>(E) <i>a experiência humana era racionalizada</i> = a vivência humana era objetivamente analisada.</p>	<p>57. Está clara e correta a articulação entre os tempos verbais na seguinte frase:</p> <p>(A) Poucos anos depois de Napoleão ter assumido o poder, Victor Hugo empolgara as multidões com romances que em nada lembrassem a linguagem das conclamações e panfletos.</p> <p>(B) Não há como não ter inveja de uma época em que grandes escritores e grandes políticos gozavam de igual prestígio, em que a ninguém ocorria duvidar da função social que a literatura exercia – função que exerce ainda hoje, aliás, apesar de tudo.</p> <p>(C) Àquele tempo, aceitava-se o fato de que o mundo teria sido interpretado pelos escritores e intelectuais, à medida que viessem a escrever as obras que funcionaram como lúcidos espelhos da vida social.</p> <p>(D) Há tempos a literatura deixaria de representar uma opção tão vigorosa quanto têm sido as conquistas militares, embora os escritores continuem a escrever romances em que se desenhara perfeitamente o retrato de uma época.</p> <p>(E) Pode-se discutir o fato de que os escritores de hoje têm perdido a respeitabilidade, pois o alto índice de vendas de tantos romances pareceria indicar que os ficcionistas contassem ainda com grande acolhimento do público.</p>
<p>55. A frase em que se acatam inteiramente as normas de concordância verbal é:</p> <p>(A) Não ocorria a quaisquer dos grandes escritores da época napoleônica perguntar-se o sentido que havia em escrever romances.</p> <p>(B) Verifica-se, examinando-se o panorama cultural e político do século XIX, muitas convergências entre o poder das armas e o das letras.</p> <p>(C) Poucas opções haviam tão vigorosas e vitais quanto a da carreira literária, nos idos dos séculos XVIII e XIX.</p> <p>(D) Não se estendem a todos os que fracassam em seus projetos literários a compensação das prerrogativas de que se goza nas atividades políticas ou militares.</p> <p>(E) Napoleão, com suas pretensões literárias, com os contos e poemas de sua juventude, buscavam erguer-se às alturas em que pairavam escritores como Victor Hugo.</p>	<p>58. <i>Hoje a literatura só participa da política, do poder e da história como instrumento ou cúmplice. E não pode nem escolher que tipo de cúmplice quer ser.</i></p> <p>As duas frases acima articulam-se de modo claro e correto numa única frase, sem prejuízo para o sentido, na seguinte alternativa:</p> <p>(A) Sem poder escolher que tipo de cúmplice quer ser, ainda hoje a literatura somente como instrumento ou cúmplice é que participa da política, do poder e da história.</p> <p>(B) Embora tão-somente a literatura participe como instrumento ou cúmplice da política, do poder e da história, não pode sequer escolher que tipo de cúmplice quer ser.</p> <p>(C) É somente como instrumento ou cúmplice que, hoje, a literatura participa da política, do poder e da história, não podendo sequer escolher que tipo de cúmplice quer ser.</p> <p>(D) É como instrumento ou cúmplice da política, do poder e da história que a literatura participa hoje, mesmo porque não escolhe o tipo de cúmplice que quer ser.</p> <p>(E) É apenas como instrumento ou cúmplice da política, do poder e da história, que a literatura participa, desde que não possa escolher que tipo de cúmplice quer ser.</p>
<p>56. Alterando-se a forma do verbo, resulta uma forma verbal com o mesmo significado em:</p> <p>(A) <i>era através dos seus escritores e intelectuais que o mundo se pensava e se entendia</i> = o mundo era pensado e entendido por meio de seus escritores e intelectuais.</p> <p>(B) <i>a literatura virou uma opção para gerais e políticos aposentados</i> = gerais e políticos aposentados transformaram a literatura em uma opção.</p> <p>(C) <i>Hoje a literatura só participa da política, do poder e da história como instrumento ou cúmplice</i> = é só como instrumento ou cúmplice que a literatura é hoje participante da política, do poder e da história.</p> <p>(D) <i>Victor Hugo empolgaria multidões com a força da palavra escrita</i> = com a força da palavra escrita, Victor Hugo teria sido empolgado pelas multidões.</p> <p>(E) <i>tinha escrito contos e poemas na juventude</i> = contos e poemas teriam sido escritos na juventude.</p>	

**Atenção:** As questões de números 59 a 64 referem-se ao texto que segue.

### O que é a CVM?

A CVM – Comissão de Valores Mobiliários – é uma entidade autárquica em regime especial, vinculada ao Ministério da Fazenda, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, dotada de autoridade administrativa independente, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, e autonomia financeira e orçamentária. (Redação dada pela Lei no. 10.411, de 26 de fevereiro de 2002)

A CVM surgiu com vistas ao desenvolvimento de uma economia fundamentada na livre iniciativa, tendo por princípio básico defender os interesses do investidor, especialmente o acionista minoritário, e o mercado de valores mobiliários em geral, entendido como aquele em que são negociados títulos emitidos pelas empresas para captar, junto ao público, recursos destinados ao financiamento de suas atividades.

Ao eleger como objetivo básico defender os investidores, especialmente os acionistas minoritários, a CVM oferece ao mercado as condições de segurança e desenvolvimento capazes de consolidá-lo como instrumento dinâmico e eficaz na formação de poupanças, de capitalização das empresas e de dispersão de renda e da propriedade, através da participação do público de uma forma crescente e democrática, assegurando o acesso do público às informações sobre valores mobiliários negociados e sobre quem os tenha emitido.

(Texto institucional)

59. Na ordem em que se apresentam, os três parágrafos do texto constituem, basicamente,

- (A) I. justificativa social; II. histórico da entidade; III. exposição de motivos.
- (B) I. organograma da entidade; II. declaração de princípios; III. plano de trabalho.
- (C) I. função da entidade; II. conceituação de mercado; III. estratégia administrativa.
- (D) I. declaração de princípios; II. estratégia administrativa; III. reformulação do mercado.
- (E) I. definição institucional; II. exposição de finalidades; III. explicitação de serviços.

60. No contexto em que se emprega, o elemento sublinhado em

- (A) dispersão da renda e da propriedade tem o sentido de **dissolução dos proventos**.
- (B) ausência de subordinação hierárquica significa **insurgência**.
- (C) é uma entidade autárquica significa **instituição modelar**.
- (D) Consolidá-lo como instrumento dinâmico tem o sentido de **meio ativo**.
- (E) fundamentada na livre iniciativa significa **admissão irrestrita**.

61. Está adequado o emprego de **ambas** as expressões sublinhadas na frase:

- (A) O objetivo básico em que se investe a CVM é defender os interesses do investidor, sobretudo o daquele que diz respeito ao acionista minoritário.
- (B) O desenvolvimento à que visa a CVM é o de uma economia cujo o fundamento seja a livre iniciativa.
- (C) A formação de poupanças é um dos objetivos pelos quais a CVM se mostra preocupada e aos quais não pretende jamais abrir mão.
- (D) É grande a autonomia de que faz jus uma entidade autárquica, liberada das amarras com que cerceiam outros tipos de entidade.
- (E) As informações a que a CVM dará acesso dizem respeito aos valores mobiliários negociados e àqueles que os hajam emitido.

62. Está correta a grafia de todas as palavras da frase:

- (A) É fundamental que, numa autarquia, haja a preservação de todos os meios que ensejem o desempenho de sua real autonomia – sem o quê ela se arrisca a encobrir os interesses mais excusos.
- (B) Os empreendimentos financeiros são, por natureza, complexos, exigindo alta capacitação de todos os que devem propiciar aos investidores o máximo de objetividade nas informações.
- (C) A mobilização de recursos constitui um processo que exige descortino, intuição e agilidade de quem agencie determinados investimentos – razão por que um técnico titubeante naufraga nas intempéries do mercado.
- (D) Ao se sentirem discriminados, os investidores que dispõem de poupanças consideradas ezíguas, acabam por depositar suas economias em contas de remuneração irrizória, já que não mereceram a atenção dos especialistas.
- (E) O recrudescimento do pessimismo quanto ao mercado de ações ocorre em situações que os bons profissionais sabem analisar; por isso, embora se recomende agilidade nas iniciativas, é imperdoável o assodamento nas resoluções.

63. O verbo entre parênteses deverá ser flexionado numa forma do **plural** para se integrar adequadamente à seguinte frase:

- (A) Embora ainda não (FAZER) dois meses que ocorreu aquela crise, os operadores da Bolsa parecem tê-la esquecido.
- (B) A todos que necessitam de boas orientações (RECOMENDAR-SE) que se valham das instruções dos especialistas.
- (C) Se o resultado das iniciativas de nossos operadores (DECEPCIONAR) nossos clientes, estaremos em maus lençóis.
- (D) A muita gente (FALTAR), no momento de uma decisão crítica, os bons préstimos do acompanhamento de um profissional da CVM.
- (E) Não se (DEVER) imputar aos investidores mais ingênuos a responsabilidade por certas crises do mercado financeiro.

64. Considere as seguintes afirmações:

- I. A CVM é uma entidade autárquica.
- II. O princípio básico da CVM é defender especialmente os interesses do acionista minoritário.
- III. A CVM defende a livre iniciativa.

Essas afirmações estão articuladas de modo coerente, claro e correto no seguinte período:

- (A) A CVM, uma entidade autárquica que se põe em defesa da livre iniciativa, tem por princípio básico resguardar sobretudo os interesses do acionista minoritário.
- (B) Sendo uma entidade autárquica e defendendo a livre iniciativa, o princípio básico da CVM está na defesa dos principais interesses dos acionistas minoritários.
- (C) Como tem por princípio básico a defesa preponderante dos interesses do acionista minoritário, a CVM é uma entidade autárquica que vai de encontro à livre iniciativa.
- (D) Uma vez que defende a livre iniciativa, a CVM é uma entidade autárquica cuja prioridade constitui-se na defesa dos interesses maiores do acionista minoritário.
- (E) Conquanto seja uma entidade autárquica, prioritariamente na defesa dos interesses do acionista minoritário, a CVM põe-se igualmente a defender toda livre iniciativa.

**Atenção:** As questões de números 65 a 70 referem-se ao texto que segue.

**[Indivíduo e sociedade]**

*O conceito abstrato de “sociedade” significa, para o ser humano individual, a soma total de suas relações diretas e indiretas com seus contemporâneos e com todos os que viveram nas gerações anteriores. O indivíduo é capaz de pensar, sentir, lutar e trabalhar por si mesmo; mas depende a tal ponto da sociedade – em sua existência física, intelectual e emocional – que é impossível pensar a si mesmo ou compreender-se fora da estrutura da sociedade. É a “sociedade” que provê o homem de alimento, roupas, moradia, instrumentos de trabalho, língua, formas de pensamento e da maior parte dos conteúdos de pensamento; sua vida torna-se possível graças ao trabalho e às realizações dos muitos milhões de homens que já viveram ou ainda vivem, todos ocultos por trás da pequena palavra “sociedade”.*

(Albert Einstein, **Escritos da maturidade.**)

65. Considere as seguintes afirmações:

- I. O homem depende a tal ponto da vida em sociedade que não é capaz de desenvolver pensamentos originais.
- II. O conceito de “sociedade” é uma abstração, mas nele se traduz a complexa trama de relações concretas entre os homens.
- III. Não há formação de um indivíduo que não pressuponha realizações humanas em tempos passados.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III, somente.
- (C) I e II, somente.
- (D) I e III, somente.
- (E) II, somente.

66. Todas as formas verbais estão corretamente flexionadas na frase:

- (A) Todos nós nos provemos de roupas e utensílios que, de algum modo, proviram de nossos antepassados.
- (B) Se um indivíduo não reter em seu pensamento idéias já trabalhadas em outros tempos, perder-se-á a riqueza das experiências, esvaziar-se-á a tradição da filosofia.
- (C) Ainda que aja de modo independente, o homem institui com seu comportamento um sistema de relações com a cultura em que se inclui.
- (D) Se não virmos a deter a barbárie de certos hábitos, arriscar-nos-emos a perder valores inestimáveis de nossa civilização.
- (E) Se não determos a barbárie de certos hábitos, logo deixaremos de reconhecer em nossos dias os valores sociais de nossos antepassados.

67. No último período do texto (*É a sociedade que provê... por trás da pequena palavra sociedade.*),

- (A) *sua vida* refere-se a “*sociedade*”.
- (B) *todos* refere-se ao conjunto dos elementos de que o homem se provê.
- (C) *sua vida* refere-se a *conteúdos de pensamento*.
- (D) *de alimento* articula-se imediatamente com *provê*.
- (E) *provê* corresponde a uma ação de *o homem*.

68. Expressa-se uma relação de causa e efeito na seguinte frase:

- (A) Embora seja um conceito abstrato, a palavra *sociedade* enfeixa um conjunto de realizações materiais.
- (B) Fatalmente integrado na sociedade, o homem não é capaz de pensar a si mesmo fora dela.
- (C) Não há dúvida de que, apesar de tudo o que deve à vida em sociedade, um indivíduo é capaz de criar muita coisa com sua marca pessoal.
- (D) Pode-se imaginar um homem que nada deva aos valores que formaram as gerações precedentes?
- (E) O homem cria muitas coisas a partir das iniciativas próprias, sem por isso deixar de dever muito às conquistas de seus antepassados.

69. No contexto a que serve, a expressão *depende a tal ponto* pode ser traduzida, sem prejuízo do sentido, pela expressão

- (A) é de tal modo dependente.
- (B) é bastante dependente.
- (C) é tão dependente quanto.
- (D) tem tal forma de dependência.
- (E) tal como é dependente.

70. A frase que precisa ser **reconstruída**, por apresentar problemas em sua estruturação, é:

- (A) Provendo os homens de tudo o que necessitam, a cultura social acaba por integrar a identidade mesma de cada indivíduo.
- (B) Nenhum indivíduo pode se gabar de sua absoluta autonomia como sujeito, já que há nele marcas inalienáveis da vida social.
- (C) Caso não fôssemos indivíduos fadados a viver em sociedade, todos poderíamos encontrar prazer na solidão absoluta.
- (D) Na língua, nas formas do pensamento, no conteúdo das idéias – em toda parte encontram-se legados dos que viveram antes de nós.
- (E) Por onde quer que procuremos, os homens se deparam com valores que comprovam nossa dependência dos antepassados.